



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”  
São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

## GESTÃO TERRITORIAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO LITORAL SERGIPANO

**Claudio Roberto Braghini**

Doutorando NPGeo – Universidade Federal de Sergipe  
Grupo de Pesquisa GESTAC/IFS (Gestão Territorial de Ambientes Costeiros)  
E-mail: claudio.braghini@ifs.edu.br

**José Wellington Carvalho Vilar**

Orientador e professor do IFS e do NPGeo - Universidade Federal de Sergipe.  
Grupo de Pesquisa GESTAC/IFS (Gestão Territorial de Ambientes Costeiros)  
E-mail: wvilar@yahoo.com.br

### Introdução

Ao longo da costa nordestina observa-se a existência de praias, manguezais, dunas, vegetação de restinga, estuários, terraços marinhos e lagoas que se caracterizam, entre outras coisas, pela fragilidade ambiental e pelo uso humano (VILAR e ARAÚJO, 2010). Na perspectiva de proteger essas áreas, foram criadas unidades de conservação (UC). Esses espaços protegidos apresentam problemas de gestão territorial e de gerenciamento ambiental em função das pressões dos distintos atores sociais e por causa dos interesses diferenciados e conflitantes de uso dos recursos territoriais.

As categorias de UC brasileiras exibem uma forte relação com os acordos internacionais, em especial a Convenção da Biodiversidade (CDB) que influenciou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000). O SNUC define dois grandes grupos de UC: as unidades de proteção integral, de caráter mais restritivo, com uso indireto dos recursos e as de uso sustentável, com uso direto dos recursos, mais flexíveis quanto à ocupação e por isso apresentam maior complexidade para o ordenamento territorial e a conservação ambiental.

De forma geral, a principal finalidade das UC é a conservação da diversidade biológica, mas a perspectiva política da biodiversidade remete ao reconhecimento do seu caráter estratégico (BENSUSAN, 2006). As UC são também instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e reforçam a posição do poder público e a importância do planejamento e dos mecanismos de organização territorial do espaço geográfico.

A gestão local é realizada por funcionários públicos indicados para o gerenciamento, bem como pelas instâncias dos conselhos gestores ou conselhos consultivos. A eficácia da gestão de cada área protegida está diretamente relacionada com a existência adequada de infraestrutura, de contingente e pessoal qualificado e dos recursos financeiros recebidos para a sua manutenção.

As experiências de gestão com populações residentes nas áreas de proteção ou no seu entorno evidenciam conflitos e conduzem à necessidade de se estabelecer ações participativas para que se obtenham resultados positivos. Anuncia-se assim, a dependência da capacidade de governança e a complexidade de gestão de cada UC.

Esses condicionantes demonstram que a criação de uma UC por si só não garante o cumprimento de seus objetivos, bem como expõe as suscetibilidades a que estão sujeitas as gestões locais. Subjacente aos interesses locais, as UC respondem a influências na esfera regional, nacional e global, através de normas, linhas de ação e financiamento, subordinadas a determinações emanadas em acordos e eventos internacionais (VALLEJO, 2011).

Nesse contexto, a gestão territorial das UC no Litoral de Sergipe pode ser tratada como um sistema de objetos e como um sistema de ações na perspectiva de espaço geográfico teorizado por Milton Santos (2006). O sistema de objetos compreende a paisagem, a infraestrutura, os limites, as vias de acesso, a configuração territorial, enquanto o sistema de ações engloba a legislação, a ação do estado e das comunidades, os conflitos, as relações de poder e a governança. Os objetos podem ser concebidos como formas-conteúdo que remetem a ações e estas, por sua vez, têm sentido a partir dos objetos.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é avaliar a gestão territorial de unidades de conservação do litoral sergipano (Reserva Biológica Santa Isabel - Pirambu, Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu - Aracaju - e a Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caju - Itaporanga D'Ajuda) em termos de avanços e desafios na perspectiva da governança. Em termos específicos os objetivos são: identificar os elementos que estabelecem a paisagem de cada unidade de conservação e o conjunto de ações que definem a dinâmica territorial; caracterizar a trajetória histórica e a força da política local que estabelecem identidades, relações de poder, conflitos territoriais e pressões nas UC; comparar as UC do ponto de vista da governança territorial; e por fim comparar as UC em termos de avanços e desafios à gestão territorial.

## **Metodologia**

Os critérios de escolha das UC incluíram a diversidade da escala territorial, a localização conforme a divisão do GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro) para o litoral de Sergipe, a responsabilidade pela gestão e o tipo de categoria da unidade segundo o SNUC.

Inicialmente foram feitas articulações com os órgãos gestores das unidades de conservação (UC), bem como diálogo com os gestores, na perspectiva de obter acesso aos documentos oficiais existentes e às próprias áreas.

A análise e síntese implicam também consulta e elaboração de informações de natureza descritiva e gráfica, como mapas e cartas e também acesso a dados secundários e de campo. Para os sistemas de objetos, informações serão obtidas de mapas e cartas temáticas da UC, bacias hidrográficas associadas, geologia, geomorfologia, perfil do relevo, tipos de solos, fragilidades e vulnerabilidades, fitofisionomias e adensamentos populacionais, bem como formas de acessos, infraestrutura e configuração territorial da UC.

Para os sistemas de ações buscam-se informações sobre aspectos históricos e políticos da ocupação do território, demográficos e socioeconômicos; uso conflitivo do solo; arcabouço legal considerando as esferas do Estado, as políticas, planos, programas e ações que tenham interferências relevantes no território de cada UC e se ocorrem ações sinérgicas.

A análise dos conflitos considerará a identificação dos atores, a natureza e os objetos dos conflitos e as dinâmicas estabelecidas pelos conflitantes. Para tal, baseia-se na abordagem de conflitos sociais de Simmel (1983), que busca a compreensão do processo de interação conflituosa para a mediação, assim como de conflitos socioambientais (THEODORO, 2005; NASCIMENTO, 2001).

A dinâmica de funcionamento de instâncias de governança será feita a partir de diálogos e entrevistas como ferramentas para identificar a efetividade dessas instâncias e a existência de relações informais de cooperação. A análise da efetividade da gestão das UC se baseará na aplicação da metodologia RAPPAM - *Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management* (ERWIN, 2003; IBAMA, 2007).

## **Resultados esperados**

Espera-se demonstrar que as unidades de conservação do litoral sergipano são espaços que integram as contradições inerentes a sua lógica de criação e a eficácia da gestão enfrenta avanços e retrocessos na perspectiva da governança.

A REBIO Santa Isabel, de perfil restritivo, apresenta maior dimensão e aos poucos observam-se que há mais conflitos em seu entorno, em especial com as mudanças no valor que os terrenos adquirem e os diversos interesses do estado e municípios em captar empreendimentos e recursos. Por outro lado há uma tendência de haver maior respeito com a UC por ser de gestão federal e há várias ações socioculturais desenvolvidas nos povoados do entorno.

A APA Morro do Urubu em princípio deve apresentar a maior complexidade devido à flexibilidade de ocupação e estar inserida em meio urbano. Inicialmente tende-se a exibir

diversas contradições quanto às ações de conservação e ocupação dos próprios poderes municipal e estadual, desde sua criação.

A RPPN do Caju, de menor dimensão, com perfil de gestão privada, inicia suas ações de planejamento e monitoramento e tende a ter maiores possibilidades de manutenção, pois é de posse de uma empresa pública, a Embrapa Tabuleiros Costeiros, que demonstra interesse em cuidar da área. Inicialmente observaram-se usos da área com acampamentos de pescadores e coleta de mangaba e no entorno propriedades agrícolas, fazenda de carcinicultura e pressão por fogo em áreas vizinhas de propriedade de construtoras.

Quanto à eficácia de gestão considerando metodologia RAPPAM espera-se que seja possível evidenciar os parâmetros mais relevantes considerando as ações de gerenciamento e de governança, com interface com as comunidades das UC e de seu entorno.

## Referências

BENSUNSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Brasília, 18 jul 2000.

ERWIN, J. WWF: **Rapid Assessment and prioritization of Protected Area Management (RAPPAM) Methodology**. Switzerland : WWF Gland : WWF Switzerland, 2003.

IBAMA. Instituto Brasileiro de do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Efetividade de gestão das Unidades de Conservação federais do Brasil. **Implementação do Método Rappam – Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação**. Brasília: Ibama : WWF-Brasil, 2007

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna. In: BURZSTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES Filho, E. (org.). **SIMMEL**. São Paulo: Ática, 1983.

THEODORO, S. H. **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VALLEJO, L. R. **Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas**. Disponível em <[http://www.uff.br/geographia/rev\\_08/luiz8.pdf](http://www.uff.br/geographia/rev_08/luiz8.pdf)> Acesso em 19 de setembro de 2011.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: EdUFS, 2010.

Eixo Temático: Análise Ambiental